



EM BUSCA DA AUTONOMIA: OS COLETIVOS DE JUVENTUDE E A LUTA CONTRA A HETERONOMIA

Célio José dos Santos ¹

RESUMO: O referido artigo tem como objetivo fazer uma discussão a respeito da dialética das juventudes, isso ao articular as ideias do sociólogo Antonio Groppo e do filósofo Cornelius Castoriadis. Assim, o intuito é demonstrar que se por um lado a ação do Estado e do seu aparato institucional contribuiriam para o ordenamento da juventude na modernidade e forjar um modelo hegemônico do que seria e deveria ser a juventude, bem como determinar quais sujeitos teriam o privilégio de gozo dessa “fase da vida”, por outro, essa imposição não ocorreu de forma pacífica, uma vez que houve um tensionamento por parte dos jovens para construir, viver e experimentar a juventude do seu próprio modo. Utilizaremos os coletivos de juventude que organizam os saraus literários nos bairros populares de Salvador, formado por jovens negros, pobres e moradores da periferia, como exemplo empírico para a nossa discussão.

Palavras-chave: Juventude, Instituições, Coletivos, Autonomia, Heteronomia.

IN SEARCH OF AUTONOMY: YOUTH COLLECTIVES AND THE STRUGGLE AGAINST HETERONOMY

ABSTRACT: This article aims at discussing the Dialectics of youth, articulating the ideas of sociologist Antonio Groppo and philosopher Cornelius Castoriadis, whose aim is to demonstrate that if, on the one hand, the action of the State and its institutional apparatus have contributed to the ordering of youth in modernity, forging a hegemonic model of what youth would be and should be, as well as determining which subjects would have the privilege of enjoying this "phase of life"; on the other hand, this imposition did not occur peacefully, since there has always been a tension, on the part of young people, in the attempt to build, live and experience the youth according to their own laws. We will refer to the youth collectives that organize the literary soirees in popular neighborhoods of Salvador City, formed by young black people, poor people and those living on peripheral areas, as an empirical example for our discussion.

Key words: Youth, Institutions, Collectives, Autonomy, Heteronomy.

¹ Professor do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Baiano - IFBAIANO, Campus Catu. Graduado em Geografia pela Universidade Estadual da Bahia - UNEB, Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia - UFBA e membro da Rede de estudos e pesquisas sobre ações e experiências juvenis - REAJ. E-mail: celiouneb@hotmail.com.



Introdução

O presente artigo que tem como pretensão problematizar a luta pela autonomia das juventudes, fruto de nossa pesquisa de doutoramento que trata das práticas espaciais insurgentes coordenadas pelos coletivos de jovens negros/negras oriundos dos bairros populares de Salvador – BA e que organizam saraus de poesia. A referida tese está sendo desenvolvida no seio do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia - UFBA.

A proposta tem como objetivo trazer à baila a dialética das juventudes articulando as ideias do sociólogo Antonio Groppo (2000, 2004) e do filósofo grego francês Cornelius Castoriadis (1982, 1991, 1992, 2002), por entendermos que o Estado e o seu aparato institucional tiveram um incomensurável papel no ordenamento da juventude na modernidade. Essa abordagem acabou forjando, assim, um modelo hegemônico do que seria e deveria ser a juventude, bem como também determinou quais sujeitos teriam o privilégio de gozo dessa “fase da vida”, uma vez que cabia às instituições a responsabilidade de uma socialização secundária dos jovens, integrando-os na sociedade.

Devemos considerar a juventude como uma categoria social, fruto da modernidade, construída e manipulada pela sociedade e que tem uma base material e objetiva vinculada à idade. Entretanto, é preciso salientar que ela não se resume apenas a um momento biológico determinado pela cronologia, uma fase da vida, um corte etário ou um grupo que compõe a pirâmide etária e que só tem importância para os estudos demográficos e estatísticos. Compreensão esta que levou muitos estudiosos a considerar a juventude como uma mera categorização etária. A juventude é muito mais que isso. Estamos a tratar de sujeitos sociais e políticos, como bem sinaliza Alberto Melucci (2007), ao realizar uma abordagem para além dessa visão categórica e simplista:

A juventude deixa de ser uma condição biológica e se torna uma definição simbólica. As pessoas não são jovens apenas pela idade, mas porque assumem culturalmente a característica juvenil através da mudança e da transitoriedade. Revela-se pelo modelo da condição juvenil um apelo mais geral: o direito de fazer retroceder o relógio da vida, tornando provisórias decisões profissionais e existenciais, para dispor de um tempo que não se pode medir somente em termos de objetivos instrumentais (MELUCCI, 2007, p. 42).

Com o objetivo de contemplar esse debate, dividimos o artigo em 4 seções mais a introdução e as considerações finais. Na primeira seção, a discussão gira em torno da



juventude, tanto como corte etário e como estilo de vida, como uma invenção social da sociedade moderna, ou seja, a juventude como uma categoria instituída, como afirma Rossana Reguillo “La juventud no es más que una palabra, una categoría construida, pero las categorías son productivas, hacen cosas, son simultáneamente productos del acuerdo social y productoras del mundo.” (REGUILLO, 2003, p. 106).

Na seção seguinte, a discussão terá como mote o papel das instituições oficiais na criação de um imaginário social do que seria a juventude, uma vez que essas instituições tinham a responsabilidade de oferecer uma socialização secundária para os jovens cujo o principal objetivo era moldar, disciplinar e padronizar os corpos juvenis de acordo com os valores sociais estabelecidos pelo mundo adulto.

A terceira seção tem como pretensão superar a ideia da juventude como uma categoria dependente da tutela do Estado, percorrendo um caminho dialético entre a institucionalização das juventudes e a possibilidade de criação da sua autonomia. O Estado não expropriou apenas o produto gerado pelas forças produtivas do trabalhador (crítica da exploração), mas também os mecanismos de gestão e regulação da vida coletiva (crítica da dominação) (BRANCALEONE, 2012). Percebe-se que durante muito tempo os estudos sobre as juventudes apresentaram uma vinculação muito grande com as instituições oficiais, apresentando uma grande dificuldade em compreender as ações juvenis sem a anuência do Estado, sejam os estudos que consideram os jovens como um problema social ou as pesquisas que os consideram como sujeitos sociais. Desse modo, nosso intuito é buscar o distanciamento desses padrões de análise, e, por esse motivo, estamos estudando formas organizativas dos agrupamentos juvenis desde baixo, como grupos e coletivos de juventude que estão promovendo propostas de ação e gestão que se distanciam das formas tradicionais de organizações políticas, geralmente concebidas na sociedade. Nesse sentido, teremos como exemplo empírico dois coletivos de jovens que atuam na organização de sarau de poesia em seus respectivos bairros: o Coletivo Bairro da Paz - BDP, responsável pela organização e realização do Sarau Bairro da Paz Vive, no Bairro da Paz, e do Coletivo Juventude Ativista de Cajazeiras - Jaca, que organiza e realiza o sarau no bairro de Cajazeiras

A terceira frente objetiva articular a teoria com a empiria através dos dados coletados (entre os anos de 2018 e 2020) por meio da observação direta, de conversas e das entrevistas realizadas com os nossos interlocutores de pesquisa, organizadores e participantes dos saraus, que são em sua grande maioria jovens. Para esses jovens, o sarau se configura como um espaço de lazer, do encontro da formação e articulação política e de construção de sociabilidades. É no sarau que esses jovens exercitam a sua luta contra a heteronomia, tendo



o horizonte da autonomia como força motriz. A postura autônoma deles é construída no fazer do mundo da vida cotidiana, através de práticas espaciais insurgentes, que subvertem a ordem estabelecida ao tecer redes de sociabilidades pautadas na ajuda mútua, na cooperação e na auto-organização e/ou nas relações horizontais estabelecidas entre os jovens. São essas práticas espaciais, muitas vezes silenciosas, que acontecem nas entranhas da cidade, que estão produzindo espaços alternativos com um enorme potencial antissistêmico.

A Juventude como uma invenção da vida moderna

Se existe um consenso entre os pesquisadores, é o de que a juventude é uma categoria inventada, uma criação histórica, que tem a modernidade como o seu marco inicial. Existem duas versões a respeito da consolidação dessa categoria: primeiro, alguns autores defendem que a ideia de juventude é uma invenção da modernidade que nasce com as sociedades industriais na Europa durante o século XIX. Segundo, um outro grupo defende que a juventude é fruto da indústria cultural que passou a ser difundida após a Segunda Guerra Mundial. Apesar de apontarem para tempos distintos, as ideias não são divergentes como aparentam. Na verdade, são ideias complementares que nos mostram como a juventude, enquanto categoria analítica, foi sendo moldada no decorrer dos tempos.

A modernidade não apenas criou a estratificação da sociedade em classes, mas promoveu também o avanço tecnológico, o desenvolvimento da medicina e da indústria farmacêutica e a urbanização das grandes cidades, acompanhada da melhoria do saneamento básico. Esta última contribuiu, em um primeiro momento, para uma queda das taxas de mortalidade e aumento das taxas de natalidade, permitindo, conseqüentemente, um aumento populacional e severas mudanças na estrutura demográfica dos países industrializados, além de proporcionar que as sociedades industrializadas fossem divididas a partir de grupos etários.

Nós sabemos, hoje, que as idades da vida, embora ancoradas no desenvolvimento biopsíquico dos indivíduos, não são fenômeno puramente natural, mas social e histórico, datado, portanto, e inseparável do lento processo de constituição da modernidade, do ponto de vista do que ela implicou em termos de ação voluntária sobre os costumes e os comportamentos, ou seja naquilo que ela teve de intrinsecamente educativo (PERALVA, 2007, p. 13).

Para Angelina Peralva (2003), a sociedade industrial capitalista é a responsável por criar e institucionalizar as diferentes fases da vida (criança, jovem, adulto, idoso), uma vez que as relações sociais e a sua estrutura foram drasticamente modificadas após a revolução



industrial, definindo de tal maneira os papéis de cada grupo etário no funcionamento da estrutura social e familiar. Por exemplo, o papel da criança seria estar em um ambiente de aprendizagem, enquanto o jovem, considerando sua fase de transição entre a infância e a vida adulta, estaria entre o mundo escolar e o mundo do trabalho, uma espécie de preparação para a vida profissional para, então, poder participar ativamente da vida social, tornando-se de fato um adulto. Embora essa forma de organização social tivesse inicialmente como alvo as famílias burguesas, com o passar dos tempos esse modelo foi se consolidando no imaginário social dos demais estratos da sociedade capitalista ocidental:

A juventude trata-se de uma categoria social usada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres. É uma categoria que opera tanto no âmbito do imaginário social, quanto é um dos elementos “estruturante” das redes de sociabilidade. De modo análogo à estruturação da sociedade em classes, a modernização também criou grupos etários homogêneos, categorias etárias que orientam o comportamento social, entre elas, a juventude (GROPPO, 2004, p. 11).

Vale ressaltar que a faixa etária como um marcador objetivo da juventude não tem um caráter homogeneizador e muito menos universal. Esse corte é produzido a partir da dinâmica demográfica de cada sociedade, isto é, a juventude enquanto uma faixa etária é uma decisão política-administrativa e cultural. Política-administrativa porque esse corte depende diretamente dos legisladores e isso vai variar de país para país, de acordo com os seus interesses políticos. O Brasil é um exemplo para entendermos essa dinâmica: até o ano de 2011 era considerado jovem o corte etário de 16 até os 24 anos; a partir de então, o corte foi dilatado, compreendendo jovem os sujeitos que tem entre 15 e 29 anos. Contudo, também é considerado uma decisão cultural, haja vista que algumas sociedades definem a juventude de acordo com as normas internas do grupo, inclusive adotam ritos de passagem para esse momento da vida.

A modernidade construiu uma definição de juventude baseada em dois marcadores: o histórico/temporal e o biológico. Como sinalizou Simão (2013), que nomeou essa definição como cronobiológica por estar atrelada tanto a um tempo cronológico específico da vida, com início e fim pré-determinados, como normalmente encontramos em documentos oficiais do tipo, a juventude se inicia com X anos e termina na idade Y como biológico, por entender que a juventude está associada ao início das mudanças corporais - a puberdade, marcador natural e universal que indica o momento de entrada no mundo juvenil.

A vida moderna também trouxe consigo a tese da moratória social, uma vez que o jovem passou a ser uma preocupação dos adultos e, conseqüentemente, das instituições que



tenham um papel crucial em disciplinar e formatar os jovens de acordo com as normas da sociedade conservadora. Como bem descreve Groppo (2015, p. 19), “[...] a juventude é uma posição ou situação social – ou seja, uma realidade social efetiva, construída e reconhecida socialmente na modernidade via a moratória social”. Nesse sentido, o jovem era, e ainda é, compreendido como o futuro, um vir a ser, e por isso carecia de cuidados especiais. Foi a tese da moratória social que contribuiu para se legitimar e propagar a ideia (modelo de juventude) de que a juventude era uma fase da vida destinada à experimentação e à aprendizagem, para que no futuro esses jovens tornassem-se adultos produtivos.

Na modernidade, ao consolidar a juventude como um grupo etário que possuía características e costumes específicos, a indústria cultural, no período pós-guerra, tornou a juventude uma mercadoria, um produto dentro de uma embalagem a ser consumido pelas sociedades capitalistas, pois é nesse exato momento que aflora uma poderosa indústria com bens exclusivos destinados ao público juvenil. O mercado, na figura da indústria cultural, é o primeiro a perceber, e, de certa maneira, a conceber a juventude como um estilo de vida, estilo inspirado no arquétipo homem, branco, heterossexual e de classe média.

Para los efectos de este ensayo se señala que la juventud, como hoy la conocemos, es propiamente una invención de la posguerra que hizo posible el surgimiento de un nuevo orden internacional que conformó una geografía política en la que los vencedores accedían a inéditos estándares de vida e imponían sus estilos y valores. La sociedad reivindicó la existencia de los niños y los jóvenes, como sujetos de derechos y, especialmente, en el caso de los jóvenes, como sujetos de consumo (REGUILLO, 2000, p. 23).

Quando Rossana Reguillo diz que a juventude é uma invenção do mundo posterior as duas grandes guerras, ela não está em discordância com os autores que defendem que essa categoria foi forjada no alvorecer da modernidade. Na verdade, no nosso entendimento, ela traz um complemento para que possamos entender a construção sociocultural da juventude. Podemos dizer que essa construção histórica se divide em dois momentos: num primeiro momento, a juventude enquanto categoria social que se limita a um período biológico e que tem o recorte temporal como seu único marcador, ou seja, a juventude como um mero corte cronobiológico (SIMÃO, 2013) como dissertamos nos parágrafos anteriores. E, em um segundo momento, ela é promovida pela indústria cultural, que visa impor um modelo de juventude, uma forma de homogeneização de costumes e comportamentos, através de uma estética universal do que deveria ser jovem, não rompendo em nenhum momento com o período anterior. Por esse motivo, consideramos esses dois períodos históricos como complementares, pois, se em um primeiro momento a juventude foi forjada como uma



categoria social, no seguinte, serviu para criar uma percepção universal do que seria e deveria ser jovem.

A indústria cultural produziu uma forma universal de juventude, homogeneizando comportamento e pensamento através de símbolos e signos propagados pelo cinema e pela música. O capitalismo fez da juventude um grupo de consumo, criando um grande nicho de mercado, mas, ao mesmo tempo, fez da juventude um produto a ser consumido. Todavia, para os jovens pobres, em especial os negros, a juventude sempre foi um produto na vitrine a ser desejado, pois os seus corpos e rostos não faziam parte das propagandas e, muito menos, os seus modos de vida eram exibidos nas telas do cinema, o que de certa maneira, até hoje permeia o imaginário dos jovens negros, como podemos observar na fala de um dos nossos interlocutores de pesquisa, Rilton Júnior, Poeta com P de Preto²:

Cara, é muito louco você perguntar isso para um jovem preto, né? Porque ao mesmo tempo que a gente, quer viver essa juventude a gente é podado a todo tempo dessa juventude, porque a gente precisa ser homem cedo, precisa ser mulher cedo, né? E ser homem ser mulher cedo é cumprir essas responsabilidades que um adulto tem que cumprir, né? Que é abandonar a escola e trabalhar cuidar do seu irmão, quer cuidar da sua irmã, quer ter que alimentar sua casa, tá ligado? Quer ter que pagar uma conta de luz e tal. E a minha a minha juventude, nesse sentido foi podada muito cedo, tá ligado? eu precisei ter maturidade cedo para sair de casa cedo e morar sozinho com quinze anos de idade. E para mim é muito louco porque ao mesmo tempo dentro dessa dor toda de não poder ser jovem é que eu reafirmo a minha juventude negra, né? Com o resistência poética e através da literatura, sacou?

A Fala de Rilton Júnior ilustra muito bem como a ideia de juventude enquanto moratória social domina o imaginário social, uma vez que ele não se entendia enquanto jovem pois não tinha as credenciais do chamado tempo livre, pois desde novo teve que assumir responsabilidade de adulto, passando a se entender enquanto jovem em, e de certa forma, viver uma juventude, após a sua inserção no mundo da literatura marginal-periférica, o que contribuiu para que ele pudesse, inclusive, reconhecer-se como um jovem negro.

É bem verdade que, no Brasil, durante muito tempo foi difícil para o negro se reconhecer enquanto jovem, principalmente como um sujeito de direito, uma vez que, devido as condições histórica, social, econômica e racial do país, em sua grande maioria, esses jovens não tiveram o privilégio da moratória social, pois desde cedo eram obrigados, por inúmeros motivos, a abandonar o sistema educacional com o objetivo de trabalhar e ajudar no sustento da família; isto quando tinham acesso à escola.

² Poeta, mobilizador social e membro do JACA - Juventude Ativista de Cajazeiras, o trecho da fala de Rilton Júnior foi retirada de entrevista concedida ao autor do artigo.



O aparato institucional estatal e o ordenamento da juventude

O Estado e o seu aparato institucional tiveram um incomensurável papel no ordenamento da juventude na modernidade, forjando e reproduzindo, assim, um modelo hegemônico do que seria e deveria ser a juventude. Cabia às instituições a responsabilidade de uma socialização secundária da juventude cujo objetivo era a integração desses indivíduos na sociedade. Por exemplo, é comum, no mundo contemporâneo, a entrega dos filhos para que as instituições possam assumir o papel de lapidá-los e discipliná-los de acordo com as concepções de mundo dos adultos da sociedade vigente (GROPPO, 2000).

Na juventude, os laços com a família tendem a se tornar mais difusos ao lado de uma inserção mais forte em outras instituições que pode, muitas vezes, repercutir no próprio padrão socializador desenvolvido pelo grupo familiar de origem. Dentre as agências privilegiadas nesta fase da socialização secundária estaria a escola, encarregada de transmitir os valores sociais mais amplos e de preparar para a divisão social do trabalho (SPOSITO, 1994, p. 164).

Convém lembrar que as instituições inicialmente contribuíram para a construção da concepção de juventude como um corte demográfico e cronológico, uma fase da vida concebida dentro de uma estrutura funcional e linear, isto é, a juventude como uma heteronomia, nos moldes de Castoriadis (1982). Essa visão institucional do que deveria ser a juventude nos leva a criar a imagem que se aproxima de um jogo de videogame, no qual o indivíduo precisa cumprir os objetivos da fase dentro de um intervalo de tempo para seguir para a fase seguinte. Só que nesse jogo as fases não são marcadas por continuidade, mas sim por rupturas completas da fase anterior. Quer dizer, o indivíduo, ao “passar” da infância para a juventude, precisa abandonar todas as características que façam alusão ao mundo infantil, pois pode incorrer no risco de ser taxado como imaturo. Não obstante, o mesmo acontece com o momento da “transição” entre a juventude e a vida adulta. Para adentrar o mundo adulto, é necessário que o jovem se distancie do mundo juvenil e assuma responsabilidades, pois essa nova fase da vida não “suporta” mais erros e nem experimentações. Visando à propagação dessas ideias no imaginário da população, o aparato institucional, jurídico e administrativo do Estado foi acionado. Angelina Peralva, ao descrever a experiência francesa, ilustra muito bem como as instituições atuaram na socialização secundária da juventude:

Mas é a Terceira República que, ao fim do século XIX, consolida o processo de escolarização das crianças das classes populares, tornando-as objeto de



uma ação socializadora sistemática por parte do Estado. A escolarização avança contra o trabalho, contribuindo com sua lógica própria para modulação social das idades da vida. Mais do que isso, ela termina por se tornar, ao longo do tempo, e sobretudo a partir do segundo pós-guerra, o verdadeiro “suporte” da família contemporânea (SINGLY, 1993), que passa cada vez mais a depender do Estado como mediador dos dispositivos que lhe asseguram a reprodução social. Quanto mais importante é a presença do Estado na esfera educativa, o que é o caso na experiência francesa, mais essa assertiva é verdadeira. Nesse sentido, a definição da infância e da juventude como fases particulares da vida torna-se não apenas uma construção cultural, mas uma categoria administrativa — vale dizer jurídica e institucional, ainda que abrangendo fortes diferenças sociais no seu interior (PERALVA, 2007, p. 17).

A institucionalização da vida e, conseqüentemente, a padronização do ser jovem foi alimentado e, por sua vez, muniu as teorias funcionalistas que apareceram durante a primeira metade do século XX, como se fosse um sistema de retroalimentação entre as instituições e as teorias sociais sobre a juventude. A Sociologia e a Antropologia do início do século XX praticadas, em especial, pela Escola de Chicago, pensavam a sociedade a partir de um ordenamento monolítico, com padrões homogêneos, e nada diferente da visão institucional. Nesse sentido, todos os fenômenos sociais que fugissem dos padrões “racionalistas” funcionalistas eram enquadrados como desvios ou anormalidade do “organismo” social, encarando, dessa maneira, as relações sociais como mero fenômeno natural (GROPPO, 2004). Faz-se necessário pontuar que essa perspectiva funcional não se restringia apenas à análise da juventude, sendo também bastante presente na forma de entender a sociedade por parte dos antropólogos e sociólogos.

[...] a visão funcionalista absorve parte da concepção naturalista de juventude que permeia a psicologia e a medicina, justamente no que se refere à noção de que existem estados “normais”, saudáveis, estabelecidos a partir de “leis sociais” positivamente inteligíveis. Se há normalidade, pode haver anormalidade, doença, anomia – aquilo que foge do padrão, do esperado, que destoa e não faz “funcionar” corretamente o sistema social (GROPPO, 2004, p. 13).

É graças à visão funcionalista que o jovem passa a ser encarado como um problema social, principalmente os que fogem aos padrões sociais. Aqui estão incluídas as questões de classe, gênero, raça, origem espacial e estético cultural, pois, ao não compartilhar com os valores, costumes e comportamentos da sociedade branca, patriarcal, esses sujeitos eram entregues para as instituições do Estado com o objetivo de socializá-los e reintegrá-los à sociedade. Os jovens que não se enquadrassem nesse sistema eram considerados rebeldes.



Vale destacar que por muito tempo essas obras nortearam os estudiosos da juventude no Brasil, o que curiosamente nos leva a compreender a origem de um vocabulário muito comum utilizado até o final do século XX para designar, sobretudo, os jovens pobres, que não se enquadravam dentro das normas estabelecidas pelas instituições oficiais. Marginal, rebelde sem causa e delinquente eram as palavras preferidas para adjetivar os jovens que se rebelavam contra os padrões impostos pela sociedade instituída.

Entretanto, essa perspectiva funcionalista da juventude não permeou apenas o campo linguístico dos brasileiros, já que o funcionalismo também reverberou nas instituições de socialização secundária da juventude e estruturou muitas políticas públicas destinadas aos jovens. A geógrafa Clarice Cassab nos mostra como o Estado brasileiro não estava desconectado do mundo em relação à institucionalização da juventude:

Foi no século XIX, e fundamentalmente em sua segunda metade, que se iniciou, no Brasil, a produção do discurso sobre juventudes e jovens. Também nesse século se institucionalizaram a infância e a juventude pobres sob o olhar da justiça e da filantropia (CASSAB, 2010, p. 41).

Em uma breve análise da história da relação entre Estado e juventude no Brasil, podemos perceber como as políticas públicas foram destinadas a sanar possíveis problemas causados pelo público juvenil, em especial o jovem pobre. O Código de Menores, também conhecido como Código Mello Matos, e todas as outras políticas procedidas deste podem ser lidas como algo derivado de políticas que se preocupavam com o “saneamento social” e com a contenção da juventude, sobretudo do jovem pobre e negro:

As políticas públicas elaboradas, principalmente até os anos 1980, fundamentaram-se em propostas de caráter funcionalista, ou instrumentais, por tutela, ou seja, buscaram adequar o comportamento dos jovens a um estado de normalidade ou prestar algum bem ou serviço para este segmento, enfocando a manutenção das crianças, adolescentes e jovens nas escolas, sob a guarda da família ou do Estado, ou a instituição para jovens infratores (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002, p. 20).

Castro e Abramovay conseguem lançar luz a respeito das políticas institucionais do século XX para com as juventudes, cujo principal intuito era criar mecanismos para corrigir e conter os possíveis desvios e moldar o sujeito para o trabalho, isso de acordo com a ordem do capital.



Por uma dialética das juventudes: heteronomia³ x autonomia

Sobre a complexidade da relação entre juventude e instituição, Luis Antônio Groppo, em um artigo intitulado “*As dialéticas das juventudes modernas e contemporâneas*”, publicado no ano de 2014, oferece-nos algumas pistas para exercitarmos essa relação a partir de um movimento dialético entre juventude e instituições, no intuito de superarmos a concepção funcionalista dessa categoria:

Meu objetivo, aqui, é indicar pistas para superar estes limites da concepção funcionalista de juventude. Mesmo sendo capaz de levar em conta o caráter social e histórico das juventudes, a concepção funcionalista acaba decaindo nos defeitos do cientificismo e do “naturalismo”, que em tudo buscam padronização e equilíbrio sistêmico – concebendo a sociedade como um “organismo” e as relações sociais como fenômenos naturais. Tentarei esboçar o que considero como a concepção “dialética” da juventude. Uma concepção, que espero, ajudará a compreender as trajetórias das juventudes na modernidade e contemporaneidade (GROPPO, 2004, p. 14).

Os estudos da juventude no Brasil posteriores a década de 1980 objetivaram compreender essa dialética, em um primeiro momento, perpassando pela relação de classe e focando na construção da juventude a partir dos movimentos estudantis universitários. Aqui, uma nítida predileção pelos jovens de classe média, até porque os jovens pobres não estavam a ocupar os espaços da universidade. Posteriormente, passaram a entender por um viés mais cultural, buscando compreender as subjetividades da juventude a partir da sua sociabilidade por meio de bandas musicais, das gangues e dos inúmeros grupos juvenis que, até então, eram considerados como anomalias do tecido social.

A tese da dialética das juventudes desenvolvida por Groppo reside na relação estabelecida entre os jovens e as instituições oficiais, sobretudo as instituições responsáveis pela socialização secundária da juventude - escolas e universidades -, pois, mesmo sendo muitas vezes negada pela rebeldia juvenil, é graças às instituições que esses jovens puderam se reunir, estar juntos, compartilhar anseios e desejos, mesmo se tratando de uma reunião impositiva: “Mas é justamente desta convivência forçada que nasce a possibilidade destes indivíduos criarem identidades, comportamentos e grupos próprios e alternativos às versões oficiais” (GROPPO, 2004, p. 14).

³ Para o libertário Cornelius Castoriadis (1982), a heteronomia é concebida como o oposto da autonomia. A heteronomia é a forma pela qual as sociedades humanas são estruturadas para a conservação e reprodução de suas normas, de suas leis, de suas instituições. Afirmar a heteronomia é negar a criação-histórica, a autonomia nos termos do autor.



Salienta-se que o referido texto do Antonio Groppo deixa algumas lacunas, que devem ser exploradas, e uma delas é não problematizar as instituições. Em determinados momentos do texto, temos a sensação que o autor compreende as instituições em um sentido estritamente funcional: “A primeira modalidade de grupo juvenil é justamente aquela organizada pelas instituições do ‘mundo adulto’, a saber, escolas, orfanatos, internatos, casas de correção, escotismo e juventudes de igrejas, partidos e Estados” (GROPPO, 2004, p. 14). Porém, ao estabelecer a relação dialética entre instituição e juventude e a possibilidade da autonomia juvenil, o autor se aproxima da discussão de Cornelius Castoriadis, mesmo não fazendo nenhuma referência ao autor. Para Castoriadis (2002), a história do mundo ocidental está alicerçada na luta entre autonomia e heteronomia, o que de certa forma também irá marcar a história das juventudes na modernidade, que estão sempre a buscar a sua emancipação alicerçadas no discurso da autonomia.

É Castoriadis que vai edificar nosso caminho nos dando algumas pistas para não cairmos em ciladas como a crítica da visão funcionalista, uma vez que a presença das instituições se faz necessária para que a sociedade possa existir. As relações sociais são sempre instituídas, entretanto, as instituições não devem ser reduzidas a uma mera significação funcional, já que estão para além das formas, atuam no imaginário social e moldam os comportamentos sociais. Na visão do autor, no plano ideal, a instituição deveria estar a serviço da sociedade, todavia, no plano do real, é a sociedade que está sendo regida pela ação das instituições:

A instituição é uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário. A alienação é a autonomização e a dominância do momento imaginário na instituição que proporciona a autonomização e a dominância da instituição relativamente à sociedade (CASTORIADIS, 1982, p. 159).

A alienação da sociedade perante as instituições é tamanha que não necessariamente o indivíduo precisa estar em uma, no sentido popular do termo, para ser moldado por ela. A própria sociedade instituída cumprirá a função das instituições ao impor aos jovens as normativas sociais e que os mesmos se encaixem nos padrões vigentes, para que, só assim, possam ser integrados à sociedade, e, dessa maneira, a sociedade vai reproduzindo as formas hegemônicas com a ajuda do imaginário social⁴. Esse imaginário que ronda a sociedade se

⁴ O imaginário o qual Castoriadis se refere não é a imagem ou reflexo de algo. “É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens a partir das



comporta com o intuito de conservar e preservar as estruturas de poder em detrimento do projeto de autonomia como criação histórica (CASTORIADIS, 1991).

Castoriadis (1982, 1991) nos oferece um repertório teórico e metodológico para que possamos ampliar as nossas lentes de pesquisa e articulá-las com a perspectiva libertária estadocrítica (SOUZA, 2006). Temos o intuito de compreender a relação/tensão em escala local entre as instituições e o mundo da vida cotidiana dos nossos interlocutores de pesquisa, ou seja, a luta pela autonomia dos jovens negros, pobres e moradores dos bairros populares de Salvador em construir de forma autônoma, de acordo com a suas próprias leis, “fazer e instituir (portanto também dizer)” (CASTORIADIS, 1992, p. 140) um modo de viver a juventude baseada em suas experiências vividas.

Ao advogarmos a favor da autonomia da juventude, não significa dizer que essa emancipação só poderá ser alcançada através de uma ruptura total com as instituições do Estado, que é uma estratégia de luta utilizada pelos movimentos “estadofóbicos” e é válida. Contudo, também é possível vislumbrar essa luta no seio de grupos e movimentos “estadocríticos”, que buscam, a partir da via institucional, uma maior participação política nas ações e decisões do Estado. A luta pela autonomia pode ser feita em diversas vias: seja com o Estado, contra o Estado ou apesar do Estado, como defende Souza (2006).

Posso dizer que estabeleço a minha lei - quando vivo necessariamente sob a lei da sociedade? Sim, num caso: se puder dizer, reflexiva e lucidamente, que essa também é minha lei. Para que possa dizer isso, não é necessário que a aprove: basta que eu tenha a possibilidade efetiva de participar da formação e do funcionamento da lei (CASTORIADIS, 1992, p. 143).

Pensar a autonomia da juventude em um prisma castoriadiano é compreendê-la como um empreendimento coletivo, um projeto, que requer a iniciativa e a disposição individual para a interação com seus pares, não algo meramente individualista como os liberais tentam nos fazer acreditar. É pensar uma sociedade que construa as suas próprias leis e edifique instituições nas quais as demandas sejam criadas de baixo para cima, não no movimento contrário, em que as instituições ditam as regras para sociedade, como geralmente acontece. Nesse sentido, a autonomia é construída no fazer do mundo da vida cotidiana, através de práticas espaciais insurgentes, que subvertem a ordem estabelecida, seja ao tecer redes de sociabilidade pautadas na ajuda mútua, na cooperação, na auto-organização e/ou nas relações horizontais estabelecidas entre os jovens. São essas práticas espaciais, muitas vezes

quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são os seus produtos” (CASTORIADIS, 1982, p. 13).



silenciosas, no âmbito da metrópole que estão produzindo espaços emancipatórios e possibilitando que os gérmenes dos princípios libertários possam se reproduzir.

É somente através da ação coletiva, da resistência, que se consegue superar os estados de alienação. Para isso é imprescindível fortalecer a dimensão pedagógica da ação política, que possibilite se fundamentar não em ingênuos otimismo, e sim na esperança posta na práxis criadora, nas próprias forças, na constituição de sujeitos históricos, na crítica sistemática à cultura do capitalismo realmente existente que pretende se impor como pensamento único, sustentado que fora do mercado não há salvação. Esta batalha se livra de maneira especial no território da vida cotidiana, contra a penetração em nossa subjetividade dos valores de concorrência, destruição e vitimização que o mercado instala em nossas vidas, modelando inclusive nossos desejos. (KOROL, 2008, p. 193).

O fato é que a autonomia é o ideal a ser perseguido pelas diversas juventudes, sendo que a relação dialética entre a autonomia e as instituições devem ser praticadas em um ambiente cuja democracia seja o pilar da relação, nesse sentido comungamos com a perspectiva de Turra Neto (2015) em pensar a juventude como um ato político, quanto mais vulnerável for o agrupamento juvenil mais potente será o ato político e, conseqüentemente, o seu tensionamento com as forças heterônomas.

Os coletivos de juventudes e a luta pela autonomia

Utilizaremos dois coletivos que militam na organização e produção dos saraus nas periferias de Salvador como modelos empíricos para ilustrar as nossas análises, o coletivo JACA - Juventude Ativista de Cajazeiras e o coletivo BDP - Bairro da Paz Vive, ambos com um forte apelo toponímico aos seus bairros de origem, Cajazeiras e Bairro da Paz, dois bairros que compõem a periferia de Salvador. Os coletivos são compostos em sua grande maioria por jovens, negros, pobres e periféricos.

Coletivo é a forma que muitos agrupamentos, sobretudo, agrupamento de jovens, encontraram para se organizar politicamente, em muitos casos, determinados coletivos se configuram como movimentos sociais, mas preferem a nomenclatura coletivo, pois a sua forma de organização se difere bastante do modelo tradicional dos movimentos sociais mais clássicos, principalmente no que tange a estrutura hierárquica e a divisão interna do trabalho. Segundo Raúl Zibechi (2003), a juventude do século XXI tende a participar de formas de organização cada vez mais informais, menos disciplinadas pelas estruturas hierárquicas, ou seja, organizam-se através de estruturas mais horizontais, que tenham como característica um



funcionamento mais flexível, mais frouxo, porém com laços de amizade e solidariedade mais intensos e com forte implicação emocional.

Os jovens poetas de Salvador se organizam por meio de coletivos, e atuam como coletivos, antes de declarar suas poesias seja nos saraus, nos espaços públicos ou nos ônibus, eles fazem questão de, ao se apresentarem, sempre identificar o coletivo ao qual fazem parte. Nesse sentido, os saraus, aqui estudados, são formas insurgentes de organização e mobilização política da juventude negra e periférica. Um espaço em que princípios libertários como autonomia, autogestão, horizontalidade e ajuda mútua são praticados almejando um horizonte político emancipatório. Os saraus não se configuram apenas como espaços de produção e exercício pleno da democracia, mas também como lugares da produção de vínculos emancipatórios e de sociabilidade insurgentes.

Nos últimos anos, a capital baiana viu brotar em sua cena cultural inúmeros saraus de poesia, que encontraram nos bairros populares de Salvador um terreno fértil para se reproduzirem. Os saraus são realizados uma vez no mês, de preferência aos sábados, e não se restringem apenas ao recital de poesia, comumente conhecido pelo grande público, mas são também rodas culturais que agregam a poesia, a dança, a música, o teatro, as batalhas de rap, o grafite, os slams e entre outras manifestações que emergem da cultura popular juvenil, possibilitando que o sarau seja ressignificado, ganhando novos formatos que buscam dialogar diretamente com as questões culturais do lugar (cidade/bairro).

Vale ressaltar que o sarau compõe um movimento que vem crescendo no Brasil nas últimas duas décadas, movimento que tem como guarda-chuva a literatura marginal-periférica⁵, por se tratar de um movimento literário que é construído à margem do glamour acadêmico e da elite literária brasileira, assim como assumindo uma forte carga espacial, uma vez que traz a periferia como autora e personagem das obras. Segundo Nascimento (2019), a Cooperifa - Cooperativa Cultural da Periferia, organização política e cultural responsável pela organização de alguns saraus periféricos em São Paulo, uma das principais difusoras da literatura marginal-periférica, tem um papel central na propagação dos Saraus, definindo o sarau periférico como:

Vale destacar, ainda, que esse modelo que se consolidou em São Paulo permite definir o sarau periférico como um tipo de intervenção que vai muito além do recital poético: é também um encontro comunitário para troca de ideias, discussão da experiência dos moradores da periferia, paqueras,

⁵ Para uma discussão mais aprofundada a respeito do tema ver os livros: *Literatura e Periferias* organizado pelas autoras Regina Dalcastagne e Lucia Tennina publicado em 2019 pela editora ZOUK; e *Cuidado com os Poetas* de Lúcia Tennina publicado em 2017 pela mesma editora.



relações de amizade, elaboração de novas perspectivas educacionais e profissionais, além da fruição cultural. Nesse sentido, o sarau se apresenta como um arranjo elaborado por artistas e ativistas para estimular outras opções de lazer, produção e participação político-cultural bem como forma de interações nas periferias (NASCIMENTO, 2019, 23).

Com base em nossas pesquisas, podemos constatar que os saraus os quais estamos estudando, aproximam-se muito do que descreve a antropóloga Érica Perçanha do Nascimento, o sarau organizado pela juventude soteropolitana assume um papel interessante para a construção das suas redes de sociabilidade na cidade: é o lugar de encontro, de aprender, de fazer, de debater e de construir política. O sarau é o nó da rede das tramas de relações que são tecidas na cena política e cultural soteropolitana; é o espaço onde os jovens estão vivenciando, experienciando e construindo um modo de ser jovem negro/negra e periférico/periférica na cidade de Salvador.

O sarau é fruto do contraste e da diversidade que ecoa em cada bairro, ruas e esquinas da cidade de Salvador, fazendo com que os saraus se tornem um ambiente profícuo para que os jovens possam demonstrar sua criatividade e construir sua cidadania. A criatividade, por sua vez, emerge através das poesias que insurgem contra as formas dominantes e opressoras da sociedade vigente, como podemos observar na poesia de Cairo Costa⁶:

Desabafo

É a bala veloz
Do branco algoz
Que cala a voz
Do jovem da favela;
Favela que ouviu
O som de fuzil
O corpo sumiu
Bem vindo ao Brasil,
País do carnaval,
Onde os 10% mais ricos detêm metade da renda total
Ainda tem gente que acha normal.
Seria engraçado se não fosse trágico,
Pois metade das casas brasileiras não possui saneamento básico
E todo ano é a mesma piada
O mosquito viraliza, a culpa é sua que deixou a água parada
O que parou por aqui foi a verba para educação
A merenda foi roubada
O professor levou pancada
Dos heróis que vestem farda E que protegem o governo
Os que venderam a educação para manter o lucro dos banqueiros
O movimento é desigual
O que rege é o capital

⁶ Poeta, economista e mobilizador social e membro do JACA - Juventude Ativista de Cajazeiras.



A ciência é o aval
Para os fins justificar
Eu sempre lembro de uma história
Que aprendi na minha escola
O indivíduo quando rouba
Tem a natureza má
Quanto vale uma vida?
Quem souber me diga!
Implantar no gueto
O medo e o desemprego
É o plano perfeito
Para criar os suicidas
E a cor do suspeito? Por favor me digam
Tá tudo estarrado
Corpo negro leva enquadro,
Toma murro, é humilhado,
Com flagrante é encarcerado,
Observem o resultado
Sempre da mesma maneira
O Playboy paga fiança
Passa um dia na cadeia
A juíza sente dó
Porque ele agora cheira pó
Com sua tornozeleira
Será que é futuro se persiste o passado?
Será que o Estado é mesmo meu aliado?
Palavras bonitas do século XVIII Liberté, égalité, fraternité
Vá se fuder, que esse migué eu não vou comer (COSTA, 2018, p. 30-31).

O mundo da vida cotidiana: a periferia, o ser jovem negro na cidade, a violência e a pobreza fruto da desigualdade social dão a tônica das poesias, como nos mostra Cairo Costa. Para estes jovens, tais intervenções/ações/participações - práticas espaciais - são muito mais do que formas artísticas, culturais e/ou estéticas, são formas de fazer política, de participar da política e de se inserirem na esfera pública.

A luta pela autonomia travada pelos coletivos juvenis tem um campo de disputas essencial na criação de novas subjetividades, nascidas de práticas espaciais insurgentes - que vão de encontro ao ordenamento social estabelecido - propondo outras formas de ser, viver e experienciar a juventude. Nesse sentido, os movimentos sociais, ou os coletivos, como assim preferem chamar os jovens, em especial os de base emancipatória, assumem um papel importante na luta contra a imposição da heteronomia. Para esses jovens que são em sua grande maioria negros e negras, pobres e residentes dos bairros periféricos de Salvador, o sarau se configura como um espaço de lazer, do encontro da formação e articulação política e de construção de sociabilidades, é um espaço da expressão criativa, de produção de autonomia, como também um espaço de construção, a partir de seus moldes estéticos e culturais, de um



ser jovem negro em Salvador, ou como diz Cairo Costa⁷, “O Sarau é uma tática! É uma forma da gente discutir a violência e o extermínio da juventude negra”.

Considerações finais

Neste artigo, procuramos demonstrar o papel das instituições em forjar um modelo hegemônico de juventude baseado no jovem branco, homem, heterossexual e de classe média, cuja tese da moratória social é a principal base de sustentação desse modelo, o que culminou na produção de uma heteronomia. Em contraposição a essa ideia, baseamos-nos no movimento dialético da juventude (GROPPO, 2004) para argumentar a favor da importância organização social juvenil, em suas mais variadas formas, em especial os coletivos, apontando para o seu importante papel na luta contra as forças heteronômicas, uma vez que são ações coletivas pautadas em formas outras de se fazer política, produzir práticas espaciais insurgentes, portanto, possibilitar a criação de novas sociabilidades que subvertem a ordem estabelecida.

Assim sendo, tivemos como exemplo empírico os coletivos de jovens negros da periferia de Salvador que se organizam em torno dos saraus, para demonstrar, com base em nossas pesquisas de campo, como as suas ações políticas e culturais servem para tensionar o debate a respeito do que é ser jovem negro, pobre e morador da periferia na capital baiana, bem como a luta pela autonomia em construir uma juventude pautada em seus próprios princípios estéticos, políticos e culturais.

Para esses jovens a luta pela autonomia perpassa na luta por existir, na luta em se movimentar na cidade sem ser interpelado pelo polícia, na luta por não ser uma vítima potencial da violência dos agentes de segurança do Estado. Portanto, é no sarau que esses jovens exercitam a sua luta contra a heteronomia, tendo o horizonte da autonomia como força motriz. A postura autônoma desses jovens é construída no fazer do mundo da vida cotidiana, através de práticas espaciais insurgentes, que subvertem a ordem estabelecida ao tecer redes de sociabilidades pautadas na ajuda mútua, na cooperação e na auto-organização e/ou nas relações horizontais estabelecidas entre eles.

REFERÊNCIAS:

⁷ Trecho retirado de entrevista concedida ao autor da pesquisa no ano de 2019.



BRANCALEONE, C. **Sobre o significado da experiência de governo zapatista**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2012.

CASSAB, C. Refazendo Percursos: considerações acerca das categorias jovens e juventudes no Brasil. **Revista Perspectiva**, Erechim, v. 34, n.128, 2010.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **A Criação Histórica: o projeto de autonomia**. Porto Alegre: Livraria Palmarinca, 1991

_____. **As encruzilhadas do labirinto III – o mundo fragmentado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **As encruzilhadas do labirinto II – os domínios do homem**. São Paulo: Paz e Terra, 2002

CASTRO, M. G; ABRAMOVAY, M. Por um novo paradigma do fazer políticas –políticas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 19, n. 2, jul./dez. 2002.

COSTA, C. Desabafo. *In*: JESUS, W. A. **Poéticas periféricas: novas vozes da poesia soteropolitana**. Vitória da Conquista: Galinha Pulando, 2018. pág. 30-31.

GROPPO, L. A. **Juventudes: Ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

_____. A. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação Cogeime**, São Paulo, ano 13, n. 25, dez. 2004.

_____. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jul., 2015.

KOROL, C. Pedagogia das resistências e das emancipações. *In*: CECEÑA, A. E. (org.). **Os desafios das emancipações em um contexto militarizado**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. pág. 187-208.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. *In*: FÁVERO, O; SPÓSITO, M. P; CARRANO, P. NOVAES, R. R. (orgs.) **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. pág. 29-46

NASCIMENTO, É. P. Literatura e periferia: considerações a partir do contexto paulistano. DALCASTAGNE, R; TENNINA, L. (orgs.). **Literatura e periferias**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2019.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. *In*: FÁVERO, O; SPÓSITO, M. P; CARRANO, P. NOVAES, R. R. (orgs.) **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. pág. 13-28

REGUILLO, R. C. Emergencia de culturas juvenis: estrategias del desencanto. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2000.

_____. Las culturas juvenis: un campo de estudio; breve agenda para la discusión. *In*: FÁVERO, O; SPÓSITO, M. P; CARRANO, P. NOVAES, R. R. (orgs.) **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. pág. 47-72



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA

XIV ENANPEGE
TEMPO DIGITAL

SIMÃO, M. P. **Cartografia de jovens como sujeitos políticos: dos espaços de identidade aos espaços de visibilidade**. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense - UFF. Niterói, 2013.

SOUZA, M. L. de. **A prisão e a Ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SPOSITO, M. P. A Sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**; ver. Sociologia. USP: São Paulo, n.5 (1-2), p.161-178, 1994.

TURRA NETO, N. Definir juventude como ato político: Na confluência entre orientações de tempo, idade e espaço. In: CAVALCANTI, L. de S.; CHAVEIRO, E. F.; PIRES, L. M. (org.). A cidade e seus jovens. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2015.

ZIBECHI, R. **Genealogía de la revuelta, Argentina**: una sociedad en movimiento. Buenos Aires: Letra Libre, 2003.